

25 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada no site do Município (www.cm-spsul.pt), bem como remetida a cada concorrente por correio eletrónico ou ofício registado, em data oportuna, após a aplicação dos métodos de seleção.

26 — Motivos de exclusão: Constituem motivos de exclusão dos candidatos do procedimento:

- a) A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso;
- b) A omissão ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do requerimento;
- c) A não reunião dos requisitos de admissão.

27 — Posicionamento remuneratório:

Referência A, B — Posição 2 e Nível Remuneratório 15 — R. Base — € 1.201,48;

Referência C — Posição 1 e Nível remuneratório 11 — R. Base — €995,51;

Referência D — Posição 1 e Nível Remuneratória 1 — R. Base — € 580,00;

28 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 — Dá-se cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro apenas sendo abrangidos por esta norma os candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em que um candidato com deficiência, terá preferência em igualdade de classificação, que prevalecerá sobre qualquer outra preferência legal.

30 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro na sua redação atual, o presente aviso será publicitado:

a) Na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte ao da presente publicação no *Diário da República*;

b) Na página eletrónica da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul (www.cm-spsul.pt) por extrato, no prazo de três dias úteis contados a partir da data da publicação no *Diário da República*;

c) Em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo de três dias úteis contados da data da publicação no *Diário da República*.

6 de agosto de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal,
Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço.

311594684

Aviso n.º 12280/2018

Mobilidade interna Intercarreiras

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente datado de 17/07/2018, no uso da competência conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09 que lhe foi delegada por despacho do Presidente da Câmara datado de 25/10/2017, foi autorizada a mobilidade interna intercarreiras do Assistente Operacional, Luís Manuel Anjos Soares para a carreira/categoria de Assistente Técnico, nos termos do artigo 92.º e seguintes da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, a partir de 23 de julho de 2018, pelo período máximo de 18 meses, com a remuneração correspondente à 1.ª Posição e ao nível 5 da tabela remuneratória única.

13 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Vitor Manuel de Almeida Figueiredo.*

311594773

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE

Aviso (extrato) n.º 12281/2018

Em cumprimento do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, por meu despacho datado de 14-08-2018, a lista de Ordenação Final do procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, área de Sapador Florestal, a recrutar na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, aberto por aviso n.º 8689/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho de 2018, encontrando-se disponível na página eletrónica deste município em

www.cm-sernancelhe.pt e afixada no átrio da entrada do edifício dos Paços do Município.

16 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara, *Carlos Silva Santiago.*

311588844

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 12282/2018

Mobilidade na modalidade mobilidade intercarreiras

Considerando ser do interesse na prossecução das atribuições deste Município visando uma articulação eficiente dos meios, designadamente para efeitos de eficácia e eficiência dos serviços, na qualidade de vereadora com competência delegada, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho, por despachos do Vereador Manuel Pisco Lopes, foram autorizadas a colocação em regime de mobilidade na modalidade mobilidade intercarreiras, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 92.º, n.ºs 1 e 2, alínea *b*), 93.º, n.º 3, alínea *b*) 94.º, n.º 1, alínea *a*), 97.º, n.º 1, e 153.º, n.º 3, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e artigo 20.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), para exercerem funções correspondentes às seguintes carreiras/categorias, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2018, dos seguintes trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas:

Assistente Técnico, com remuneração base mensal correspondente à posição remuneratória 2, nível remuneratório 7 (€ 789,59):

Carla Sofia Paulino Vizinho Bacalhau; e
Maria Manuela Matias Ferreira Martins;

Assistente Técnico, com remuneração base mensal correspondente à posição remuneratória 1, nível remuneratório 5 (€ 683,13):

Francisco Manuel Ramos da Silva; e
Teresa Paula Rodrigues Pereira Batista;

Técnico Superior, com remuneração base mensal correspondente à posição remuneratória 1, nível remuneratório 11 (€ 995,51):

Sara Isabel Sopa Romão;
Maria José Inácia Nazário;
Gertrudes Rosa Candeias Farião;
Gina Maria da Conceição dos Santos;
Benjamim Jesus Valentim Ferreira; e
Sofia Isabel Gonçalves Zorreta;

Encarregado Operacional, com remuneração base mensal correspondente à posição remuneratória 1, nível remuneratório 8 (€ 837,60):

Daniel Crispim Gomes Quintas; e
Francisco José Guerreiro Alfredo.

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho.

9 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro.*

311593403

Aviso n.º 12283/2018

Mobilidade na modalidade mobilidade intercarreiras

Considerando ser do interesse na prossecução das atribuições deste Município visando uma articulação eficiente dos meios, designadamente para efeitos de eficácia e eficiência dos serviços, na qualidade de vereadora com competência delegada, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho, por despacho do Vereador Manuel Pisco Lopes, de 19 de julho de 2018, foi autorizada a colocação em regime de mobilidade na modalidade mobilidade intercarreiras de Rui Alexandre Mendes Batista, do Mapa de pessoal próprio do Município de Figueira da Foz (cuja mobilidade foi autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara da Figueira da Foz, conforme ofício n.º 5287/2018, de 21 de junho), para exercer funções correspondentes à categoria de Assistente Técnico em regime de contrato de trabalho em funções públicas, sendo remunerado pela posição remuneratória 1, da respetiva categoria cujas funções vai exercer, a que corresponde o nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única

e a remuneração base mensal de € 683,13, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 1 de julho de 2018, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 92.º, n.ºs 1 e 2, alínea b), 93.º, n.º 3, alínea b), 94.º, n.º 1, alínea a), 97.º, n.º 1, e 153.º, n.º 3, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e artigo 20.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018).

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho,

10 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.
311593444

Aviso n.º 12284/2018

Pessoal desligado do serviço

Na qualidade de vereadora com competência delegada, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho, torna-se público, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a cessação dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado dos trabalhadores que a seguir se individualizam, por motivo de serem desligados do serviço:

Eduarda Maria Nunes Santos Lico, com a categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 3 da Tabela Remuneratória Única (TRU), a que corresponde a remuneração base mensal de 583,58€ com efeitos a partir de 01/09/2018;

Luis Manuel Liberato Santos Mendes, com a categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 3 da Tabela Remuneratória Única (TRU), a que corresponde a remuneração base mensal de 583,58€ com efeitos a partir de 01/09/2018;

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho.

13 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.
311593469

MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 12285/2018

Para os devidos efeitos se torna público, que nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro de 2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — área de atividade Auxiliar de Ação Educativa, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de oito de agosto de dois mil e dezassete, foi homologada pela Presidente da Câmara Municipal de Silves em treze de agosto de dois mil e dezoito, encontrando-se afixada no placard da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves e disponibilizada no site do Município (www.cm-silves.pt).

13 de agosto de 2018. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

311585247

MUNICÍPIO DE TÁBUA

Aviso (extrato) n.º 12286/2018

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que, nos termos do meu despacho n.º 20/RH/2018, de 29 de junho de 2018, referente ao concursal comum aberto por publicação do Aviso n.º 221/2017, no *Diário da República*, 2.ª série, Parte H, n.º 4, de 5 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48/2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, Parte H, n.º 11, de 16 de janeiro, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, na área de serviços gerais, e após conclusão da fase de negociação a que alude o artigo 38.º, da LTFP (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados contratos de trabalho

em funções públicas por tempo indeterminado, com a remuneração mensal ilíquida de 580,00€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional, nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, com os seguintes candidatos:

Com efeitos a 1 de julho de 2018: Ana Paula Mendes Alves, Bruno Gonçalo Gil Santos, Maria da Conceição Nunes Costa, e Marlene Pereira Quaresma;

Com efeitos a 1 de agosto de 2018: Bruno Miguel Nunes Gonçalves. Mais se faz público que, para o período experimental de 90 dias, nomeei o seguinte júri:

Presidente: Rui Francisco Figueiredo Alves, Técnico Superior na área de Educação Física;

Vogais efetivos: Paula Cristina Fernandes da Silva Reis, Técnica Superior na área de Educação Física, e Rui Alexandra Ferreira Vaz, Técnico Superior na área de Educação Física;

Vogais suplentes: Nuno Miguel Barbosa Ribeiro, Técnico Superior na área de Educação Física, e Mário Alberto da Silva Amaro, Técnico Superior na área de Educação Física.

4 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

311558574

Aviso (extrato) n.º 12287/2018

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que, nos termos do meu despacho n.º 21/RH/2018, de 29 de junho de 2018, referente a procedimentos concursais comuns abertos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, estabelecido pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, por publicação de aviso na página eletrónica institucional do Município de Tábua e na Bolsa de Emprego Público, a 13 de abril de 2018, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), para ocupação de vários postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal do Município de Tábua, e após conclusão da fase de negociação a que alude o artigo 38.º, da LTFP (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes candidatos, com efeitos a 2 de julho de 2018:

Na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, com a remuneração mensal de 1.201,48€ (mil, duzentos e um euros, e quarenta e oito centimos), correspondente à posição 2 da categoria de Técnico Superior, nível 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na área de:

Engenharia Civil: Andreia Leal Coelho;
Psicologia: Filipa Alexandra Almeida Henriques.

Na carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional, na área de Serviços Gerais (Cultura), com a remuneração mensal de 580,00€ (quinhentos e oitenta euros), correspondente à posição 1 da categoria de Assistente Operacional, nível 1 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro: Ana Teresa Pereira de Sá, Cristina Maria Lopes Nunes, e Maria José de Carvalho Pinto Carington da Costa.

Mais se faz público que, todos os trabalhadores supra referidos ficam isentos do cumprimento do período experimental, por aplicação do artigo 11.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

4 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

311558541

Aviso (extrato) n.º 12288/2018

Para efeitos do disposto nos números 2 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que se encontram disponíveis para consulta, a lista unitária de ordenação final do candidatos, devidamente homologada, nos locais do estilo da Câmara Municipal de Tábua e na nossa página eletrónica oficial em <http://www.cm-tabua.pt/index.php/inicio/rh/regularizacao-de-vinculos-precarios>, relativamente ao procedimento concursal comum, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, estabelecido pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, por publicação de aviso na página eletrónica institucional do Município de Tábua e na Bolsa de Emprego Público, a 13 de abril de 2018, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurí-